

Superávit primário nas contas da União é menor em outubro e fica em 1,3 bi

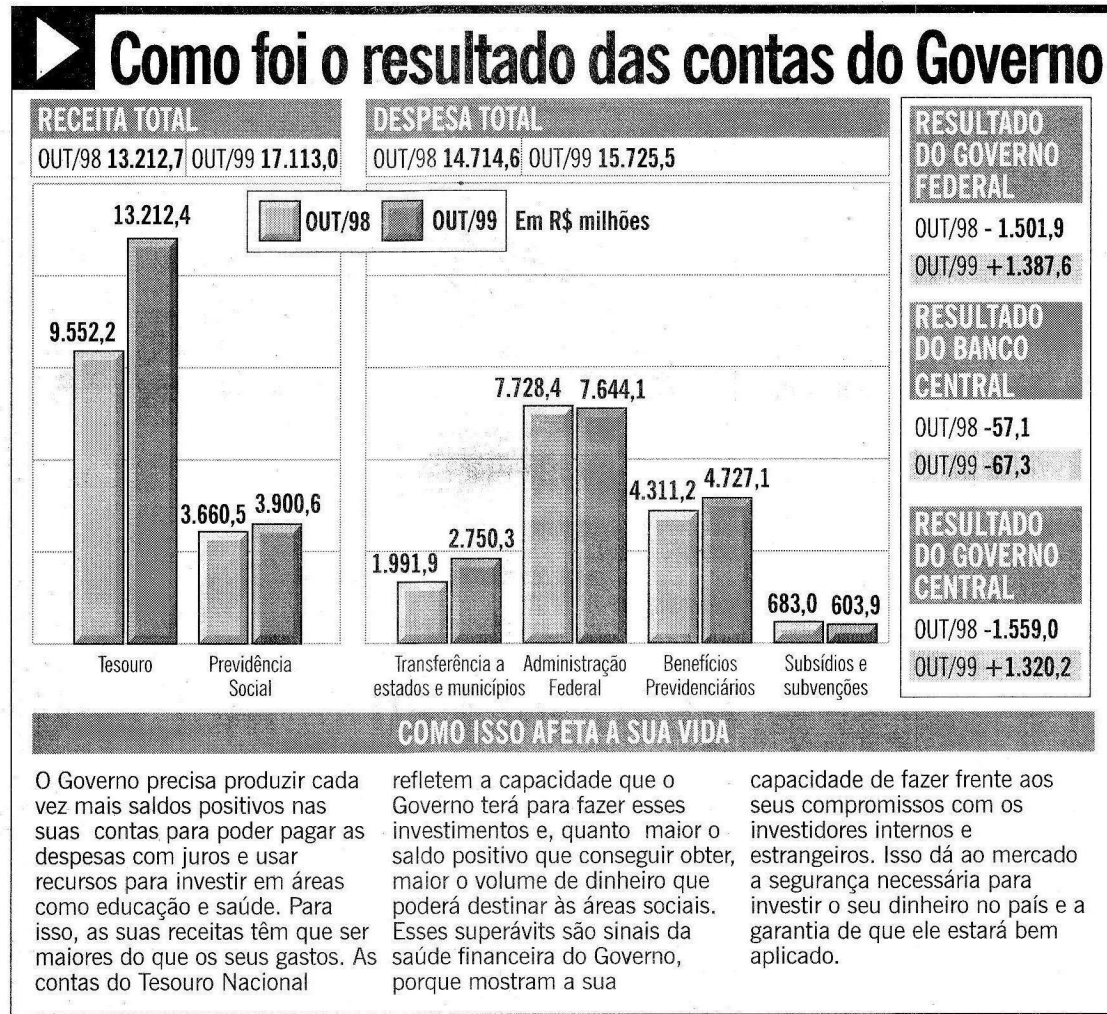
Déficit da Previdência Social contribuiu para agravar o resultado fiscal

• BRASÍLIA. O Governo central obteve um superávit primário (que não inclui as despesas com juros) de R\$ 1,3 bilhão no mês de outubro, quase um terço do resultado positivo que conseguiu em setembro, de R\$ 3,4 bilhões. O resultado inclui as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social. Apesar do resultado menor em outubro, as receitas do Governo central já superaram as despesas em R\$ 22,023 bilhões, o que equivale a 2,66% do Produto Interno Bruto (PIB).

Com isso, o Governo central está muito próximo de cumprir a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano de R\$ 23 bilhões para a sua parte nas contas públicas. Mas atingir esse valor não chega a ser um alívio, porque a meta para o setor público como um todo, o que inclui estados, municípios e estatais, é de um superávit primário de R\$ 30,185 bilhões. Portanto, não depende somente do Governo central. É necessário também um esforço de estados e municípios.

Tesouro teve saldo de 2,2 bi no mês passado

Mais uma vez, o saldo positivo das contas se deve quase que exclusivamente aos esforços do Tesouro, que obteve um superávit primário de R\$ 2,214 bilhões, suficiente para cobrir o rombo da Previdência Social (R\$ 826,5 milhões) e do Banco Central (R\$ 67,3 milhões). Esse resultado poderia ter sido melhor não fossem as transferências que a União teve que fazer a estados e municípios, no valor de R\$ 700 milhões, e os seus gastos com pessoal no período. Além disso, aumentaram também os dispêndios com subsídios, por causa da securitização (transformação em títulos) dos créditos agrícolas e do Proex.



Já as chamadas despesas de custeio e capital do setor público federal, única rubrica que dá ao Governo margem de manobra para cumprir o ajuste fiscal, tiveram uma pequena queda de cerca de R\$ 100 milhões no período.

Em setembro, dividendos e concessão ajudaram

Em outubro, a União não pôde contar com receitas que entraram em setembro. Foi o caso de R\$ 265 milhões em dividendos das estatais Eletrobrás e Petrobras que entraram nos cofres públicos no mês anterior. Além disso, ainda em setembro, houve ingresso de R\$ 300 milhões por conta de concessão para exploração de petróleo.

O maior volume de recursos que a União teve que repassar aos estados não significa, contudo, que eles estejam gastando mais. Como a arrecadação de impostos pela Receita aumentou muito no mês de setembro, cresceu também a parcela que cabe aos estados na partilha desses recursos, o que só pode ser repassado no mês seguinte.

A Previdência Social mais uma vez foi o ponto negativo das contas públicas tendo registrado um déficit maior do que em setembro, quando ficou em R\$ 709,2 milhões. Nos primeiros nove meses deste ano, o Governo teve que cobrir a conta de R\$ 6,6 bilhões da diferença entre receita e despesas na Previdência. No

mesmo período do ano passado, esse rombo era menor, equivalente a R\$ 4,2 bilhões.

No ano, superávit do Tesouro é de 29 bi

O Tesouro Nacional, por sua vez, registrou até outubro, no acumulado do ano, um superávit de R\$ 29,2 bilhões. Esse resultado se deve, sobretudo, ao aumento das receitas, que foi possível, principalmente, com a elevação do PIS/Cofins, manutenção da CPMF e conversão de depósitos judiciais em receitas, e da redução da despesas, propiciada pelos cortes de gastos. ■

Íntegra do resultado fiscal do Governo Central no **GLOBO ON**:
www.oglobo.com.br/economia/tesouro.htm